



ARTIGO DE PESQUISA

MATERNIDADE ATRÁS DAS GRADES: PARTICULARIDADES DO BINÔMIO MÃE E FILHO

MOTHERHOOD BEHIND BARS: SPECIAL ABOUT BOTH MOTHER AND SON

LA MATERNIDAD TRAS LAS REJAS: ESPECIAL SOBRE LA MADRE Y EL HIJO

Maria Eliane Liégio Matão¹, Denismar Borges de Miranda², Ariana Malaquias³, Eliane Luciana de Souza³

RESUMO

Objetivo: conhecer as particularidades acerca da relação mãe-filho no ambiente carcerário, na perspectiva de mulheres em privação de liberdade e de funcionários do sistema prisional. **Método:** pesquisa de campo, descritiva e com abordagem qualitativa, a qual utiliza a Teoria das Representações Sociais como referencial teórico-metodológico. Dados obtidos a partir de entrevista aberta em profundidade com presidiárias puerperas reclusas; também participaram funcionárias da mesma penitenciária; a análise se deu pelo *software* ALCESTE 4.5. Estudo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás sob protocolo nº 5712.0.000.168-09. **Resultados:** emergiram dois eixos e quatro classes, os quais retratam o ambiente carcerário no contexto do binômio mãe e filho, a assistência à saúde e cuidados gerais prestados a elas, as particularidades da maternidade e o vínculo estabelecido entre ambos, bem como a influência da permanência e separação do bebê na perspectiva das participantes. **Conclusão:** os dados obtidos levam a identificar a necessidade de inserção de profissionais da saúde preparados que atendam à diáde de forma humanizada, bem como garantia de direitos, por exemplo, ambiente apropriado à permanência de mãe e filho, dentre outros relevantes. **Descritores:** Relações mãe-filho; Prisões; Assistência à saúde; Poder familiar.

ABSTRACT

Objective: know the specifics about the mother-child relationship in the prison environment, from the perspective of women in deprivation of liberty and employees of the prison system. **Method:** search field, descriptive qualitative approach, which uses the Theory of Social Representations as theoretical and methodological framework. Data from an open in-depth interviews with prisoners reclusive mothers; also participated employees of the same prison; the analysis was done by *software* ALCESTE 4.5. Study approved by the Research Ethics Committee of the Catholic University of Goiás under Protocol 5712.0.000.168-09. **Results:** they emerged two axles and four classes, which depict the prison environment in the context of both the mother and child, the health care and general care for them, the maternity characteristics and the link established between them and the influence of permanence and baby separation from the perspective of participants. **Conclusion:** the data lead to identify the need for insertion of prepared health professionals who meet the dyad in a humane way, and guarantee of rights, as appropriate environment for mother and child stay, among other relevant.

Descriptors: Mother-child relations; Prisons; Delivery of health care; Parenting.

RESUMEN

Objetivo: conocer los detalles acerca de la relación entre madre e hijo en el entorno de la prisión, desde la perspectiva de la mujer en la privación de la libertad y los empleados del sistema penitenciario. **Método:** campo de búsqueda, enfoque cualitativo descriptivo, que utiliza la teoría de las representaciones sociales como marco teórico y metodológico. Los datos de un proceso abierto de entrevistas en profundidad con los presos madres solitarios; También participaron empleados de la misma prisión; el análisis hecho por el *software* Alceste 4.5. Estudio aprobado por el Comité de Ética de Investigación de la Universidad Católica de Goiás, en virtud del protocolo 5712.0.000.168-09. **Resultados:** surgieron dos ejes y cuatro clases, que representan el entorno de la prisión en el contexto de la madre y el niño, el cuidado de la salud y cuidado general para ellos, las características de maternidad y la relación que se establece entre ellos y la influencia de la permanencia y separación bebé desde la perspectiva de los participantes. **Conclusión:** los datos llevan a identificar la necesidad de inserción de profesionales de la salud preparados que cumplen con la diada de una manera humana y garantía de los derechos, como el entorno apropiado para la madre y el niño se quede, entre otros relevantes. **Descritores:** Relaciones madre-hijo; Prisiones; Prestación de atención de salud; Responsabilidad parental.

¹Graduada em Enfermagem. Doutora em Psicologia. Professora Assistente II do Departamento de Enfermagem da PUC/GO. ²Graduado em Enfermagem. Doutorando em Medicina Tropical e Saúde Pública pela Universidade Federal de Goiás. ³Graduada em Enfermagem pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

INTRODUÇÃO

Para a maioria das mulheres, o período gravídico puerperal é uma época de emoções fortes e mutáveis, positivas e negativas, com predominância de sentimentos ambivalentes^(1,2). Exige mudança drástica em seu estilo de vida, na medida em que deixará de ser apenas um indivíduo na sociedade para

tornar-se uma mãe responsável pela vida e bem-estar de uma criança⁽³⁾.

Desinformação, deficiência da saúde pública e precariedade do ensino, dentre outras não menos relevantes, podem ser descritas como as principais causas de falha na assistência obstétrica. Atrelado a estas, observa-se o caso das mulheres encarceradas⁽⁴⁾.

A condição de encarceramento feminino que deveria ser diferenciado, com espaços específicos, produtivos, saudáveis, de recuperação e resgate de autoestima e de cidadania para as mulheres, só tem repercutido a diferença de gênero e a discriminação presentes na sociedade. Este fato é justificado pelo modelo prisional brasileiro que é baseado no preso masculino⁽⁵⁾. Desta forma, dentro do contexto penitenciário, o que se visualiza é a existência de *déficit* no atendimento às gestantes⁽³⁾.

Uma questão tão importante quanto à gestação vivida em condições materiais e psicológicas significativamente difíceis leva a crer que todo o processo fisiológico do período gravídico puerperal se relaciona intimamente. Tal assertiva é porque ao mesmo tempo em que ter um filho a faz sentir realizada, ela se vê em uma situação de conflito em ter que abrir mão desse vínculo tão essencial, ao passo que não deseja reproduzir na vida de seu bebê o mesmo sofrimento por ela vivido⁽⁶⁾.

Portanto, o vínculo da mãe com o seu bebê dentro do cárcere é algo bastante intrigante devido às inconformidades do espaço prisional. Este interfere de forma proporcional no desenvolvimento biopsicossocial da criança, dentre outros fatores, como a própria prisão, a vulnerabilidade do ambiente, a fragilidade da rede de apoio, as regras do sistema prisional e, sobretudo, um ambiente fechado, depressivo, agitado e conflituoso. A legislação nacional garante à gestante privada de liberdade o direito ao atendimento especializado no período gravídico puerperal. O texto legal não faz referência explícita à atenção ao parto e nascimento propriamente ditos, mas, sim, ao necessário acompanhamento pré-natal, no pós-parto, e ao recém-nascido^(7,8). Apesar desse suporte legalístico, inúmeros trabalhos apontam o seu descumprimento e destacam que as más condições existentes no cárcere se mantêm

para as mesmas gestantes, puérperas e seus filhos em amamentação⁽⁹⁾.

As condições inapropriadas impostas à mulher encarcerada que vivencia um dos períodos da reprodução, seja gravidez, parto e/ou puerpério (nesse caso, incluído o recém-nascido), são denunciadas com alguma frequência por elas próprias. Há casos em que os próprios agentes prisionais contribuem para a intensificação do ambiente hostil, seja por quantitativo reduzido de pessoal para o atendimento às demandas, seja por falta de qualificação ou mesmo por reproduzir o senso comum, ou seja, que a maternidade não deve ser vivenciada por mulheres com restrição de liberdade⁽⁸⁾. De modo contrário, ainda que nas entrelinhas, há funcionários do sistema prisional que denunciam as péssimas circunstâncias nas quais se desenrolam essa vivência⁽¹⁰⁾. O conhecimento da realidade na perspectiva dos dois lados, detentas e funcionários, configura-se como essencial para que se possa pensar em estratégias que levem melhoria ao ambiente carcerário, com destaque para aquele no qual se inserem gestantes, parturientes, puérperas e seus bebês.

Carecem na literatura atual estudos que abordem a temática maternidade em cárcere e suas repercussões para o binômio mãe e bebê. Assim, no sentido de alguma contribuição para a reflexão dessa problemática em potencial, este estudo objetivou conhecer as particularidades acerca da relação mãe-filho no ambiente carcerário, na perspectiva de mulheres em privação de liberdade que tiveram seus filhos na prisão, e a percepção de funcionárias do sistema prisional lotadas no presídio feminino.

MÉTODOS

Trata-se de estudo descritivo de abordagem qualitativa, realizado a partir de pesquisa de campo, sendo a Teoria das Representações Sociais (TRS) o referencial teórico metodológico adotado⁽¹¹⁾.

As integrantes que compõem o estudo se dividem em dois grupos distintos. O primeiro composto por presidiárias, todas no período puerperal, tardio ou remoto, mantidas em regime fechado/reclusão de uma penitenciária feminina da região metropolitana de Goiânia. Compõem o segundo grupo funcionárias desta mesma penitenciária, sabendo-se previamente que todas as potenciais participantes seriam do sexo feminino, por determinação legal. O critério de maior idade foi adotado para ambos os grupos. Foram excluídas do estudo presidiárias que se encontravam em regime semiaberto.

Após autorização pela Gerência de Assistência à Saúde da Superintendência do Sistema de Execução Penal (SUSEPE) e pela Gerência de Segurança Prisional da cidade de Goiânia, obteve-se a relação das presidiárias e funcionárias que cumpriam os critérios de inclusão/exclusão supracitados. Todos os sujeitos incluídos na listagem foram abordados para apresentação da pesquisa e questionados quanto à participação imediata no estudo, desde que não comprometessem o andamento de suas atividades diárias. Ressalta-se que este estudo respeita às exigências da Resolução 466/12⁽¹²⁾ cuja proposta foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás sob protocolo nº 5712.0.000.168-09.

Para coleta de dados, foram utilizados dois instrumentos, um formulário para registro socioeconômico e uma entrevista aberta, a qual foi iniciada pela seguinte questão norteadora: por favor, fale sobre sua experiência vivida na SUSEPE, quanto à permanência e separação do seu filho (para presidiárias) e solicite sua atenção para que nos relate, conforme sua experiência, como se dá a relação do vínculo entre mãe-bebê e a separação entre ambos no ambiente carcerário (para as funcionárias). Quando necessário, foram feitas questões de

encaminhamento (como assim, fale mais sobre isso, comente melhor, entre outras).

Adotou-se como critérios de encerramento da coleta de dados o oferecimento para todas as presidiárias que se encontravam elegíveis para este estudo e 10% do quantitativo das funcionárias lotadas no referido presídio, conforme critérios já descritos.

Logo após o encerramento das entrevistas, todas as nove narrativas foram organizadas em um único corpus, o qual é designado como Unidade de Contexto Inicial (UCI), ou seja, agrupamento de entrevistas de diferentes sujeitos. O corpus obtido foi submetido ao *software* ALCESTE (Analyse Lexicale por Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte), versão 4.5⁽¹³⁾.

ALCESTE é um programa computadorizado que realiza uma classificação hierárquica descendente das palavras plenas, dividindo-as em segmentos de textos, denominada Unidade de Contexto Elementar (UCE). O programa distingue classes de palavras que representam diferentes formas de discurso de um determinado tópico de interesse. Para cada classe, o ALCESTE computa uma lista de correlações de palavras, adotando como critério de força de associação entre elas um determinado *chi-quadrado*, sendo agrupadas na classe aquelas que ultrapassam esse referencial. Assim, quanto maior esse valor, mais relevante é a palavra para a construção da classe. Em outras palavras, coloca em evidência aglomerados (mundos lexicais) de signos (palavras plenas) que possuem o mesmo núcleo de sentido. Enfim, estes aglomerados de signos devem ser interpretados a partir do julgamento teórico empiricamente justificado pelos pesquisadores, apoiados em outros métodos de análise de texto e de discurso⁽¹³⁻¹⁴⁾. Dito de outro modo, a partir da contextualização dos signos integrantes de cada eixo e classe, é possível proceder à análise qualitativa, conseqüentemente, sua

nomeação. Os resultados dessa primeira análise são distribuídos em eixos com suas respectivas classes, que trazem consigo os signos que as representam e a variância explicável de cada uma, podendo ser apresentados em forma de tabela ou árvore - dendograma⁽¹⁵⁾. Com vistas à manutenção do anonimato das participantes, os trechos das narrativas são seguidos da letra P e do número de participação das mesmas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados estão apresentados em duas dimensões: caracterização socioeconômica e tratamento do *corpus* pelo ALCESTE, sendo todas descritas a seguir.

Caracterização socioeconômica

Participaram da pesquisa nove mulheres, estas detentas ou funcionárias no Centro de Inserção Social Consuelo Nasser (Presídio Feminino) da SUSEPE, especificamente cinco presidiárias e quatro agentes penitenciárias. No grupo de detentas, verificou-se idade entre 24 e 32 anos, uma casada e as demais solteiras, características diferentes quanto à cor da pele, segundo as mesmas, duas pardas, duas brancas e uma negra. Quanto à escolaridade, varia entre a 5ª série do ensino fundamental e ensino médio completo. Antes da prisão, quatro delas exerciam atividade formal remunerada (duas vendedoras, uma balconista e uma costureira). Todas possuem mais de um filho. Com relação ao estado de procedência, três são do estado de Goiás, uma do Maranhão e outra do Pará.

No que diz respeito às agentes penitenciárias, a idade variou entre 38 e 49

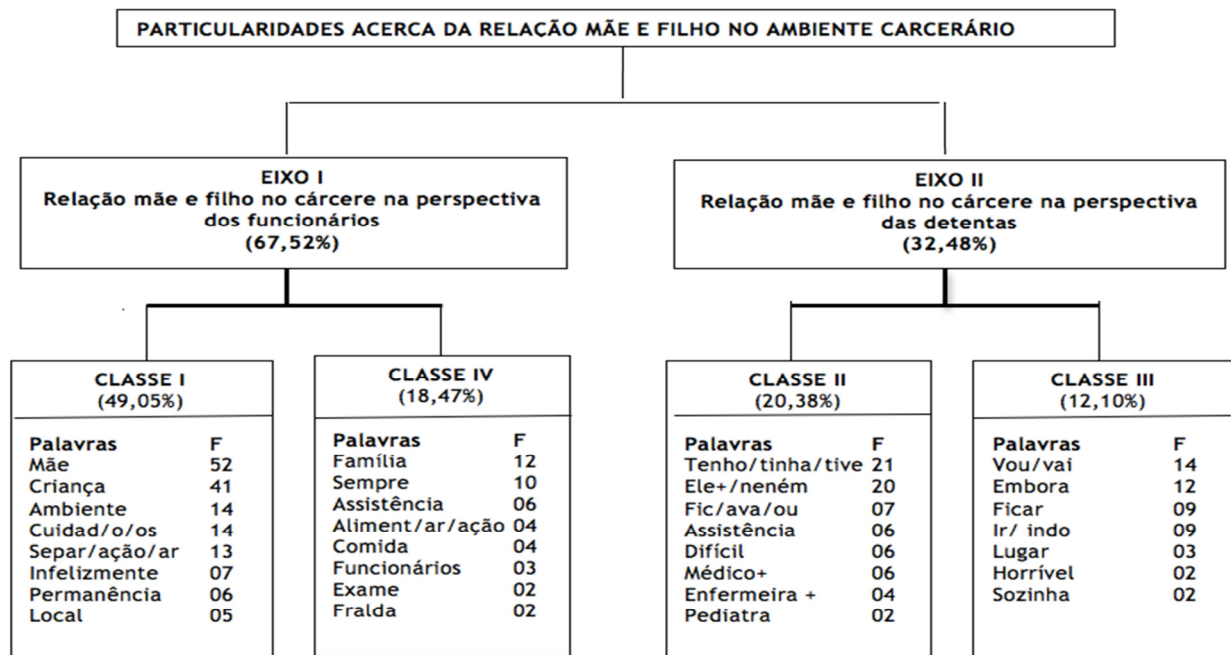
anos, duas com ensino superior e duas com ensino médio completo, procedentes de municípios dos Estados de Goiás ou de Minas Gerais. Acerca da atividade desenvolvida na penitenciária, atuam há mais de cinco anos, duas referem gostar do que fazem e as outras duas se sentem indiferentes quanto à isso; todas já viveram a experiência de conviver com criança no ambiente carcerário e presenciar a separação entre mãe e filho.

É importante o fato de ter participantes com diferentes papéis na instituição por permitir a possibilidade de percepção do objeto em estudo sob ângulos diferentes. Esta perspectiva se torna ainda mais relevante em razão da abordagem do tema proposto se dar em local que, por si só, imprime despersonalização de características essenciais à vida humana. O ambiente carcerário possui regras de convivência que não são compartilhadas pela sociedade comum⁽⁶⁾. De modo geral, o perfil das participantes é homogêneo com outros estudos desenvolvidos na área^(5,10).

Tratamento do *corpus* pelo ALCESTE

As palavras estão distribuídas nos seus respectivos eixos e classes, o que facilita a visualização e apreensão dos resultados referentes à percepção das participantes presidiárias e agentes penitenciárias acerca da maternidade em cárcere. O agrupamento em eixos e a sequência com que as classes foram estruturadas ocorreram devido à força de correlação entre os signos, o que possibilitou, também, a nomeação das classes, conforme demonstrado na Figura 1.

Figura 1 - Dendograma resultante da classificação hierárquica descendente do material textual referente às respostas das participantes às particularidades acerca mãe e filho no ambiente carcerário - Goiânia, Goiás, 2010.



Fonte: Dados obtidos no Centro de Inserção Social Consuelo Nasser (presídio feminino) da Superintendência do Sistema de Execução Penal do Estado de Goiás.

Quanto à análise disponibilizada pelo ALCESTE, mostra que há proximidade em termos de ocorrência entre os conteúdos das classes, ou seja, se interligam. Em linhas gerais, o eixo I enfoca palavras que demonstram a relação e cuidado entre mãe e filho no ambiente carcerário, a inadequação do mesmo e a experiência dos funcionários na separação da díade no cárcere. O eixo II expressa o vínculo maternal dentro do cárcere, o desejo da mãe em ir embora juntamente com seu filho e a participação dos funcionários durante a permanência das presidiárias mediante suas necessidades pessoais. Há inter-relação entre os elementos integrantes dos eixos I e II, classes I e III, com enfoque na inadequação do local e limitação do sistema e classes II e IV referentes à assistência à saúde oferecida ao binômio.

No conjunto, o eixo I retrata em sua primeira classe a precariedade do ambiente carcerário para abrigar crianças, percebido nas seguintes frases: “Aqui dentro, não existe local para que a criança esteja brincando, não existe brinquedoteca, não existe absolutamente nada. Infelizmente o Estado só

fornece o local de permanência da criança com a mãe, mais nada. Essa é a realidade nossa” (P1). “As crianças são limitadas de quase tudo aqui dentro da cadeia, é um espaço muito limitado... por ser um ambiente fechado as crianças são limitadas de quase tudo... não tem recreação do bebê” (P4).

Quanto à inadequação do ambiente carcerário oferecido às mulheres, as narrativas apontam para as precárias condições físicas de encarceramento, uma inconformidade estrutural para permanência digna das crianças junto a suas mães⁽⁴⁾. Não existe ambiente reservado às especificidades infantis, um espaço exclusivo para lazer e recreação, como brinquedoteca ou mesmo creche que assegure a permanência da criança maior de seis meses até sete anos de idade, com finalidade de assisti-la enquanto a responsável estiver presa. Nesta realidade, há flagrante descumprimento se comparada às recomendações legais vigentes no país⁽¹⁷⁾. Conforme os enfoques dados pelas participantes, o que se percebe é que, atualmente, o local resguarda além da permanência mínima do bebê com a mãe,

estende-se até dois anos de idade. No dia a dia, contam com um local intitulado berçário, que na verdade é uma cela pequena com estrutura insuficiente para atender as crianças. Embora quantitativamente a população de mães não seja um dos maiores problemas enfrentados na penitenciária em estudo, sabe-se que no futuro esta poderá ser a realidade devido à falta de espaço adequado e recursos físicos.

A adoção de estratégias para reverter esta situação se faz urgente. Neste sentido, destaca-se o exemplo da Penitenciária Madre Pelletier, localizada em Porto Alegre, a qual acolhe filhos de presidiárias desde 1971, por meio de creches, antes mesmo de ter assegurado em lei esse direito. No local, as crianças dispõem de refeitórios, salões e pátios com brinquedos, ainda que atenda a uma capacidade maior de crianças que a destinada⁽⁵⁾.

Todavia, o que se observa na maioria é que os filhos das mulheres encarceradas compartilham do drama enfrentado pelas mães, uma vez que as unidades prisionais não estão adequadas para oferecer condições às crianças que necessitam permanecer dentro do presídio durante o período de lactação⁽¹⁸⁾.

As ações existentes no âmbito do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) e o Programa Nacional de Humanização do Pré-natal e Nascimento (PNHPN), ambos estabelecidos pelo governo, devem estar disponíveis para todas as mulheres que se encaixam no perfil de atendimento dos mesmos⁽¹⁹⁾. Assim, alcançam, no papel, portanto em tese, todas as mulheres que vivem o período gravídico puerperal, do mesmo modo como ocorre com a Constituição Federal de 1988, uma vez que não tem cumprido suas determinações para com as mulheres no período gravídico puerperal na condição de privação de liberdade. Na redação dos documentos legais que fazem referência ao público aqui considerado, há recomendação para que tenham tratamento

especial, como estabelecimentos próprios, adequados as suas necessidades e respeitando sua condição social⁽⁷⁾. Entretanto, de fato, no cotidiano excluem as encarceradas⁽²⁰⁾.

No decorrer das falas, percebe-se que as funcionárias tentam ao máximo melhorar o ambiente carcerário para essas crianças, tornando-o mais próximo do ideal para o seu desenvolvimento: “Tentamos dar um ambiente bom, colocar as mães num ambiente que não tem fumante, que tenha cuidado com essa criança” (P3).

Em outros trechos, percebemos a preocupação das funcionárias neste ambiente inadequado, visto que pode acarretar problemas futuros às mesmas: “Como que uma criança que está no período de desenvolver a personalidade vai conviver num ambiente desse. Vai crescer achando que tudo isso é normal que este é o mundo, que é assim que tem que ser... As crianças crescem vendo isso. A mãe vai visitar o marido que está preso na Penitenciária Masculina Odenir Guimarães, então a criança pensa que é o mundo dela... Aqui não é um ambiente apropriado por mais que a mãe esteja do lado” (P2).

Para minimizar a problemática, as falas enfocam de modo visível a tentativa dos funcionários da penitenciária em proporcionar um ambiente mais agradável e aconchegante à diáde, suprimindo as carências estruturais, ao tornar a cela um local apazível para permanência do bebê junto à mãe.

Existe uma preocupação dos funcionários no que tange ao desenvolvimento psicológico da criança ao expressarem em suas falas temor em tê-las como hóspedes no cárcere. Nenhuma prisão pode proporcionar um ambiente saudável ao desenvolvimento adequado das crianças⁽²⁰⁾. Neste contexto, a situação prisional pode influenciar negativamente as relações familiares e todo o processo de desenvolvimento da pessoa⁽²⁰⁾.

A classe IV (eixo I) e classe II (eixo II) apresentam enfoque semelhante acerca da

abordagem relativa à assistência que é oferecida para a criança no ambiente carcerário. Os relatos expressam a existência de falhas, estas devido ao somatório de uma gama de fatores. De início, pode ser destacado como o fator equipe de saúde da CISCN contribui neste sentido: “Tinha um ginecologista que atendia, tinha um clínico geral, mas, infelizmente nós estamos uns quatro meses sem médico, sem assistência... No departamento de saúde tem técnico de enfermagem, enfermeiros, psiquiatra e psicólogo, mas médico ginecologista não tem. Quando precisa a gente manda pra fora, pra fazer exames, essas coisas” (P3). “Tem uma enfermeira aqui que sempre orienta, mas médico mesmo não está tendo nem pra ela nem pra mim... Aqui não tem assistência médica não tem nenhum pediatra nem ginecologista, nós estamos precisando, mas não tem” (P7).

Em algumas falas, percebe-se como prioridade uma clientela tida como especial para assistência, as gestantes e bebês: “A assistência médica, para as mães e seus bebês vai desde a gestação. O pré-natal é mais ou menos conforme o que preconiza o ministério da saúde. Nós da administração exigimos do departamento de saúde da penitenciária” (P3). “Quando eu estava com oito meses, vim pra este lugar, tive assistência, me levava no médico, fiz a ultrassom” (P9).

No contexto, a participação de familiares das presidiárias aparece para minimizar os problemas enfrentados, em especial para atender às necessidades das crianças: “Quando ele precisa ir vacinar minha família que busca. Esses dias ele adoeceu deu intoxicação alimentar porque começou a comer, então minha família que levou ao hospital” (P5).

Existe uma notória participação das funcionárias em suprir as carências que ocorrem diariamente dentro do sistema carcerário: “Todos aqui gostam dele, os funcionários ajudam, dá fralda” (P6). “Não

tenho do que reclamar, a relação dos funcionários com minha filha é boa. Todas dão total atenção até demais, muitas trazem presentes, pergunta se precisa comprar alguma coisa, fralda descartável” (P7).

Sobre assistência à saúde, mediante as falas das participantes, evidencia-se precariedade tanto para presidiárias quanto para as crianças que permanecem com elas. A escassez de profissionais da saúde é um problema majoritário no interior do sistema prisional que desatende continuamente a saúde do detento, visto que esta é direito de todos e dever do Estado. É clara a negligência da assistência médica aos presos por todo país, que vai desde os mais simples atendimentos, até problemas complexos, para os quais o detento não recebe o atendimento necessário ou mesmo nenhum atendimento⁽⁶⁾. Ainda para o mesmo autor⁽⁶⁾, frequentemente, este direito não é observado nas prisões brasileiras, o que compromete o oferecimento de assistência à saúde da mulher e da criança lá localizados. Em outras palavras, está comprometido o acesso aos serviços e ações para promoção da saúde nos presídios⁽²¹⁾.

Tal assertiva aponta o total descaso às encarceradas dessa penitenciária por parte das autoridades legais. É indiferente quanto a essa temática, o que pode ser comprovado a partir dos relatos (de presidiárias e de funcionárias) acerca das dificuldades em se obter esse tipo de atendimento. Em razão de falhas no atendimento às necessidades diárias, muitas vezes, faz-se necessário recorrer à família e aos funcionários que lidam com elas diariamente para suprir falhas no atendimento às necessidades diárias, como fralda e leite. No caso de questões que envolvam doença, em virtude da insuficiência do corpo clínico na unidade, torna-se imprescindível encaminhá-los (mãe e/ou filho) aos postos de saúde fora da penitenciária. Neste caso, encontram-se barreiras como falta de escolta e funcionários para acompanhá-las⁽²¹⁾.

Nessa direção, os resultados são compatíveis com os achados em outro estudo⁽⁶⁾. As apenadas também reclamaram que mesmo quando conseguem tratamento de saúde fora no presídio, em postos de saúde, e às vezes em serviços particulares por falta de viaturas e escolta para conduzi-las acabam por perder o agendamento no serviço para os cuidados necessários à saúde. A falta de diferentes produtos em presídios é relatada em outras pesquisas nacionais, como destaque para falta de alimentos e materiais de uso diário para as crianças, como fraldas, sabonetes, roupas e até leite⁽⁵⁾. Em sua grande maioria, assim como demonstrado neste estudo, os produtos são adquiridos por doação da comunidade ou de familiares.

No eixo II, a classe III direciona para falas que expressam o vínculo maternal e o desejo da mãe em permanecer junto ao filho dentro do cárcere: “Eu não acredito que o psicológico da criança possa ser influenciado, vejo só o vínculo maternal, creio que isso faz a diferença, cobre qualquer falha durante a permanência da criança aqui” (P1). “Eu acho que o vínculo entre mãe e o filho é mais importante. Eu não pretendo mandar minha filha pra rua, desejo ficar aqui com ela o tempo que puder ficar. Eu acho que o certo é ficar as mães com o filho” (P7).

Demonstram, também, o desejo de ir embora juntamente com o seu filho, como se percebe nos seguintes fragmentos: “Tem um ano e três meses que estou aqui. Peguei cinco anos, só que minha pena na cadeia caiu pra um ano e oito meses, mas estou indo embora... É horrível conviver com meu nenê na cadeia” (P6). “Eu sou mãe e cuido direitinho, e aqui a gente tem todo tempo do mundo pra cuidar. Daqui pra frente eu só quero ir embora e recomeçar tudo de novo... Nem penso em mandar ela embora, quero ir embora junto com ela” (P8).

Contudo, como mães, são sensíveis às restrições do cárcere impostas aos filhos: “Só o lugar que é ruim, não tem liberdade. Ruim

demais ficar presa, ele também sente, ele chora na hora que tranca, ele fica agoniado pra sair” (P9).

Dessa forma, as funcionárias evidenciam também sentir o mesmo afeto que a mãe ao colocar-se em seu lugar, principalmente no período de separação entre mãe e filho: “Eu vejo com aperto no coração uma criança aqui dentro, no meio desse povo encarcerado, cumprindo suas penas... Já presenciei várias separações de filho com mãe. É dolorido até pra nós, a gente chora, a gente corre pra sala pra não ver” (P3).

Nota-se na classe I, eixo I, de modo muito marcante, a relação positiva entre mãe e filho dentro do ambiente carcerário. Independente da condição em que se encontram, as mães evidenciam de forma incondicional amor e cuidado pelos bebês: “A relação é de mãe e filho mesmo, elas demonstram amor pelo filho, cuidam muito bem” (P2).

No que tange às particularidades do vínculo entre mãe e filho, as experiências relatadas evidenciam que independente da circunstância em que a mãe se encontra a relação entre o binômio é expressamente marcante. Literaturas trazem que o período de transição do meio intra para o extrauterino de um bebê é bastante delicado, principalmente na primeira hora de vida, pois é nessa ocasião em que a mãe se sensibiliza junto a seu filho e possibilita o estabelecimento do vínculo e aproximação precoce entre ambos⁽²²⁾. A maternidade é tida pela sociedade em geral como o acontecimento mais belo da vida de uma mulher e se constitui de uma força já existente dentro dela, no caso o desejo por concretizá-la, independente das condições em que se verifica a sua ocorrência⁽¹⁶⁾.

A permanência da criança com a mãe mesmo que em um ambiente precário, intramuros, não tira a grande importância de se ter a presença materna, o calor e o vínculo necessários para que se estabeleça uma

relação saudável consigo mesma e com as outras pessoas. Percebe-se entre as participantes em diferentes trechos, ao abordar a temática, que a presença da criança no ambiente carcerário nos primeiros meses é vista como positiva. As participantes, respectivamente, presidiárias e funcionárias, assumem e respeitam a importância de permanecer junto à criança, acariciar, pegá-la no colo, transmitir-lhe amor e ternura. Mais à frente, com a criança maior, há relativa divergência quanto à sua permanência na unidade carcerária. Mediante a sensibilidade materna perante a restrição carcerária, muitas pensam em abrir mão do convívio com o filho. Estas vivem o conflito do desejo por permanecer junto a sua criança nesse ambiente desfavorável e o medo de separar-se dela e perder o vínculo. Outras, porém, preferem que a criança tenha contato com o mundo exterior do que a influência negativa do cárcere no seu desenvolvimento.

Independente da situação em que se encontra, a mãe demonstra de forma incondicional amor e cuidado pelo filho. Transmite a ele não só o que necessita para viver, ou seja, cuidados físicos e tratamentos tecnicamente adequados, em termos de alimentação e higiene, mas principalmente do aconchego, de um contato amoroso para desenvolver-se bem⁽¹⁸⁾. Também as funcionárias relatam possuir o mesmo sentimento de amor e afeto pelos bebês que cumprem pena junto com as mães e posterior sofrimento no período de separação da diáde mãe e bebê, afirmando ser para elas um momento difícil e triste.

Estudos psiquiátricos salientam que a separação entre mãe e filho pode acarretar problemas no pleno desenvolvimento da saúde mental da criança nos primeiros anos de vida⁽²³⁾. Assim, a privação da mãe nessa primeira infância aponta alguns malefícios na fase adulta, como transtornos depressivos, *borderline* antissocial, drogadição, entre outros não menos relevantes. Esta

descontinuidade de apego e afetividade nos primeiros anos de vida pode acarretar problemas futuros de desordem de caráter, neurose e psicopatias⁽²³⁾. Assim, ao que se percebe, em tese, uma separação precoce entre mãe e filho ocasiona influência no desenvolvimento da personalidade da criança.

Quando inexistente uma pessoa que ofereça a essas crianças carinho, existirá prejuízo até mesmo, em longo prazo, em sua capacidade de formar vínculos afetivos, ficando também mais vulneráveis a doenças e a retardos do crescimento⁽²⁴⁾. Por outro lado, se o bebê ficar tempo suficiente com a mãe e a mãe for a pessoa principal que cuida dele, tende a se tornar alguém muito especial para ele, razão essa muito importante para que a mãe cuide pessoalmente do seu filho⁽²⁴⁾.

A permanência dos bebês junto às mães se torna de fato importante não só para as crianças, mas para ambas. Essa presença amortece o choque e suaviza a vivência no cárcere, fazendo com que as próprias mães não se sintam tão sozinhas, tornando a pena menos pesada⁽²⁵⁾.

Diante da complexidade do tema tratado, em razão dos muitos fatores implicados, aparecem limitações ao presente estudo. Pode ser apontada uma possível intimidação das participantes para expressar sobre a real condição do cárcere, em especial, por medo de represálias por parte da autoridade carcerária, visto a continuidade de permanência delas naquele ambiente. Outra possibilidade que se soma à anterior é a coleta de dados ter sido realizada no interior do presídio, mesmo tendo sido adotados todos os procedimentos para resguardar quanto ao anonimato e privacidade das participantes. Como sugestão para eliminar as limitações expostas em futuros estudos, sugerimos a abordagem das presidiárias, assim como das agentes carcerárias, fora do presídio, nas dependências do serviço de saúde por ocasião de uma das consultas, sua ou do bebê.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo proporcionou conhecer como é a vivência de mães presidiárias com filhos no cárcere. A participação conjunta das duas categorias, estes localizados na instituição em pontos opostos na relação diária, mostrou-se fundamental por permitir esse conhecimento em uma perspectiva complementar e com isso mais ampliada. Com base nos resultados, mudanças inúmeras se fazem necessárias para atender de forma humana as mulheres que, refém da justiça, permanecem em condições impróprias em um ambiente precário e insalubre para viver dignamente em companhia de seu bebê.

As condições relatadas retratam descaso às presidiárias e crianças por parte das autoridades legais. Existem falhas de toda ordem, mas que convergem em um mesmo sentido. No caso da prisão feminina e mais especificamente quando da presença da díade mãe-bebê, os problemas ditos de âmbito institucional (estrutural, sanitário, recursos humanos e materiais, alimentares e assistenciais) determinam importantes restrições aos mesmos. No sentido de minimizar esta problemática, a intervenção de familiares e funcionárias é necessária quase que de modo ordinário.

Assim, além do sofrimento em razão da privação da liberdade a que está submetida, outros fatores contribuem para que este seja intensificado: a ausência de ambiente físico que atenda especificamente às necessidades infantis, ansiedade quanto à separação do bebê em tempo determinado, bem como a incerteza do reflexo do ambiente carcerário na vida do filho.

Espera-se que os resultados do presente estudo possam gerar reflexão entre os gestores das instituições penitenciárias quanto ao real processo em que as mulheres reclusas estão vivenciando, a experiência da maternidade com seus filhos nesse ambiente.

Outra possibilidade complementar e de igual relevância consiste em desenvolver projetos conjuntos também com escolas técnicas e empresas que atuam em diferentes setores. Desse modo, a capacitação técnica das presidiárias pode ser uma realidade a depender da escolaridade de cada uma. Assim, poderão ser ministrados cursos de artesanato, culinária, corte e costura, cabeleireiro, estética, telefonista, recepcionista até informática, contabilidade, dentre tantos outros. A implantação de ações voltadas para capacitar e certificar estas mulheres no período em que cumpre pena pode servir, por um lado, como programa de reinserção social, e de outro como preenchimento do tempo ocioso, mas principalmente como atividade significativa para a construção de projetos de vida futura enquanto presidiárias.

As sugestões acima aparecem como ideias iniciais para mobilizar governos, gestores, profissionais e cidadãos visando à busca de estratégias factíveis para a questão cruel com que as mães e filhos vivem atrás das grades.

REFERÊNCIAS

1. Miranda DB, Bortolon FCS, Matão MEL, Campos PHF. Parto normal e cesária: representações de mulheres que vivenciaram as duas experiências. Rev. eletrônica enferm. [Internet]. 2008 [acesso 2014 jan 03]; 10(2): 337-46. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fen/article/view/8032/5811>.
2. Santos PFBB, Santos ADB, Mota GM, Galhardo TF, Medeiros ER. Significados da maternidade/paternidade para adolescentes que vivenciam esse processo. Rev. enferm. cent.-oeste min. [internet]. 2015 [acesso 2016 jan 03];5(2):1629-42. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/819/864>.

3. Barbosa PZ, Rocha-Coutinho ML. Maternidade: novas possibilidades, antigas visões. *Psicol. clin.* [internet]. 2007 [acesso em 2016 maio 01];19(1):163-185. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0103-56652007000100012&script=sci_arttext.
4. Galvão MCB, Davim RMB. Ausência da assistência à gestante em situação de cárcere penitenciário. *Cogitare enferm.* [Internet]. 2013 [acesso 2014 jan 13]; 18(3): 452-9. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/cogitare/article/view/33554/21053>.
5. Viafore D. A gravidez no cárcere Brasileiro: uma análise da Penitenciária Feminina Madre Pelletier. *Direito e Justiça* [Internet]. 2005 [acesso 2014 maio 10]; 31(2): 91-108. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir/article/view/571/401>.
6. Santos MBS, Néri HF, Oliveira MFL, Sabroza A. Do outro lado dos muros: a criminalidade feminina. *Mnemosine* [Internet]. 2009 [acesso 2014 jun 20]; 5(2): 174-88. Disponível em: http://www.mnemosine.com.br/ojs/index.php/mnemosine/article/view/180/pdf_165.
7. Araújo ANV, Moura LB, Ferreira Neto EA, Bispo TCF. Percepção de mães presidiárias sobre os motivos que dificultam a vivência do binômio. *Revista Enfermagem Contemporânea* [internet]. 2014 [acesso 2016 fev 10];3(2):131-142. Disponível em: <https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/411/341>.
8. Torquato AL. Percepção de mães sobre vínculo e separação de seus bebês em uma unidade prisional feminina na cidade de São Paulo-SP [dissertação]. São Paulo (SP): Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; 2014.
9. Ormeño GIR. Histórico familiar de mulheres encarceradas: fatores de risco e proteção para os filhos [tese]. São Carlos (SP): Universidade Federal de São Carlos; 2013.
10. Lopes R. Memórias de pesquisa: a experiência de uma psicóloga no interior de uma prisão feminina. *Imaginario* [internet]. 2007 [acesso 2016 maio 3];13(14):439-59. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2007000100020&lng=pt&nrm=iso.
11. Moscovici S. *A Representação Social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar; 1978.
12. Brasil. Resolução no 466, de 12 de dezembro e 2012 [online]. Brasil; 2012. Available from: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>.
13. Kronberger N, Wagner W. Palavras-Chave em Contexto: análise estatística de textos. In: Bauer MW, Gaskell G. *Pesquisas Qualitativa com Textos, Imagem e Som*. Traduzido por: Guareschi PA. Petrópolis (RJ):Vozes;2002.
14. Campos PHF, Torres ARR, Guimarães SP. Sistemas de representação e mediação simbólica da violência na escola. *Educação e Cultura Contemporânea* 2004; 1(2): 109-32.
15. Camargo BV. ALCESTE: um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In: Moreira ASP, Jesuíno JC, Camargo BV. (org). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais*. João Pessoa: EdUFPB; 2005: 511-39.
16. Mendes FV, Costa LR, Matão MEL. Gravidez e maternidade no cárcere. *Rev estudos* 2005;32(10):1785-99.
17. Simas L, Ventura M, Baptista MR, Larouzé B. A jurisprudência brasileira acerca da maternidade na prisão. *Rev. direito GV* [internet]. 2015 [acesso 2016 jan 25];11(2):547-71. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v11n2/1808-2432-rdgv-11-2-0547.pdf>.

18. Monteiro EMLM, Silva ARS, Nascimento CAD, Maia AFLD, Araujo PDA, Santos SM. Maternal breastfeeding in the penitentiary system. Rev. enferm. UFPE on line. [Internet]. 2011 [acesso 2104 mar 22];5(8):1970-8. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistaenfermage/index.php/revista/article/viewArticle/1925>
19. Mello MG. Percepção de nutrizes sobre a promoção do aleitamento materno no sistema prisional à luz da estrutura dos sistemas abertos de Imogene King [dissertação]. Recife (PE): Universidade Federal de Pernambuco; 2015.
20. Dalmácio LM, Cruz EJS, Cavalcante LIC. Percepções de mães encarceradas sobre o direito à amamentação no sistema prisional. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. [internet]. 2014 [acesso 2016 jan 23];6(11):54 - 72. Disponível em: <http://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/202/196>.
21. Sousa MCP, Alencar Neto FJ, Sousa PCC, Silva CLC. Atenção à saúde no sistema penitenciário: revisão da literatura. Rev. interd [internet]. 2013. [acesso 2016 maio 1];6(2):144-51. Disponível em: http://revistainterdisciplinar.uninovafapi.edu.br/index.php/revinter/article/view/59/pdf_32.
22. Fucks IS, Soares MC, Kerber NPC, Meincke SMK, Escobal APL, Bordignon SS. A sala de parto: o contato pele a pele e as ações para o estímulo ao vínculo entre mãe-bebê. Av. Enferma [internet]. 2015. [acesso 2016 jan 23];33(1):29-37. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/aven/v33n1/v33n1a04.pdf>.
23. Oliveira LD, Flores MR, Souza APR. Fatores de risco psíquico ao desenvolvimento infantil: implicações para a fonoaudiologia. Rev.

CEFAC. [Internet]. 2012 [acesso 2014 jan 18]; 14(2): 333-42. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rcefac/2011nahead/205-10.pdf>.

24. Souza RGC, Ferreira AMM. O amor atrás das grades: um estudo sócio-jurídico sobre a maternidade nas prisões. Rev Uni-RN [internet]. 2012 [acesso em 2016 maio 1];11(1/2):133-63. Disponível em: <http://www.revistaunirn.inf.br/revistaunirn/index.php/revistaunirn/article/view/297/255>.

25. Oliveira LV, Miranda FAN, Costa GM. Vivência da maternidade para presidiárias. Rev. eletr. Enf [internet]. 2015 [acesso 2016 mar 20];17(2):360-9. Disponível em: https://www.fen.ufg.br/fen_revista/v17/n2/pdf/v17n2a20.pdf.

Recebido em: 22/03/2015

Versão final reapresentada em: 17/06/2016

Aprovado em: 19/06/2016

Endereço de correspondência

Maria Eliane Liégio Matão

Rua: 235, nº 85, apto 403. Setor Universitário
CEP 74605 - 050 - Goiânia/Go - Brasil.

Email: liegio@ih.com.br